

Campanha eleitoral não vai provocar “recesso branco”

Não vai haver “recesso branco”. A decisão foi comunicada ontem à tarde, no plenário do Senado, pelo presidente do Congresso Nacional, Nelson Carneiro (PMDB-RJ). Ele não vê necessidade de recesso entre 15 de setembro e 15 de novembro porque a campanha eleitoral será desenvolvida “muito mais pela televisão do que em comícios públicos”. O senador disse que, pelas suas características, a campanha presidencial não vai exigir a participação dos parlamentares na mesma proporção de eleições gerais, como as que vão ocorrer no próximo ano (para a eleição de governador, senador e deputados federais e estaduais).

Para Nelson Carneiro, o Senado e a Câmara devem prosseguir “com mais velocidade na votação das leis complementares e da legislação ordinária destinadas à regulamentação de dispositivos da Constituição de 1988”. Ele negou que esteja empenhado numa campanha de moralização no Congresso Nacional: “Não há campanha, estamos fazendo o que sempre fizemos”. Nelson Carneiro afirmou que está sendo erroneamente interpretado, apenas porque decidiu cobrar pela aquisição do livro sobre o sesquicentenário do nascimento de Machado de Assis, obra que está sendo editada pelo Senado e que, normalmente, seria distribuída gratuitamente pelo Senado. “Livro dado, ninguém lê. Agora o livro comprado, pago, esse as pessoas leem”, comentou o senador,

acrescentando que não há qualquer medida na área administrativa visando demitir funcionários ou enxugar a máquina do Senado.

O presidente do Congresso afirmou que na sessão de hoje apresentará projetos de leis complementares à Constituição, elaborados pela assessoria representativa do Senado. Entre os projetos a serem lidos estão três referentes ao problema indígena e um sobre crime de responsabilidade administrativa. O senador disse que o programa de emergência que visa o combate à inflação está em pleno andamento, e no próximo dia 12 haverá nova reunião entre líderes partidários e o governo.

Manifesto

Nelson Carneiro recebeu ontem um grupo de índios Yanomami, tendo sido convidado a participar da mobilização em defesa da vida do povo Yanomami, entre 12 e 14 em Brasília. No manifesto que integraram a Carneiro, os índios afirmam que “o povo Yanomami, a maior Nação indígena das Américas, que mantém suas tradições praticamente inalteradas, está sendo extermínado, e o principal responsável por esse genocídio é o governo Sarney”. Os índios reivindicam, no manifesto, a retirada de todos os garimpeiros que ilegalmente estão no seu território; a devolução dos 70% de suas terras, que foram demarcadas como parques e florestas; e um plano emergencial de saúde para os Yanomami.